

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos em epígrafe, sob o patrocínio da Defensoria Pública do Distrito Federal, vem, à presença de Vossa Excelência, oferecer, na forma do artigo 600, *caput*, do Código de Processo Penal, as anexas **RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO**.

Requer-se, portanto, a juntada das razões anexas, abrindo-se vista ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para que ofereça as contrarrazões ao recurso e, após, a remessa dos autos ao e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para apreciação do recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

(datado e assinado digitalmente)

FULANO DE TAL
Defensora Pública do UF

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

COLENDIA TURMA:

1. RESUMO DOS FATOS

Trata-se de ação penal pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em face de **FULANO DE TAL**, a quem foi imputada a prática do artigo 21 da Lei de Contravenções Penais, além dos crimes previstos nos artigos 147 do Código Penal (por duas vezes) e no artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Após regular instrução, o Juízo *a quo* prolatou sentença, julgando parcialmente procedente a pretensão acusatória para condenar o réu como incurso no artigo 147 do Código Penal, por duas vezes, absolvendo-o das demais imputações constantes da denúncia.

A Defesa Técnica interpôs recurso de apelação.

Vieram os autos à Defensoria Pública, para a apresentação das razões recursais.

2. MÉRITO

O acusado admitiu ter praticado o crime de ameaça no dia XX/XX/XXXX, mas negou qualquer ameaça praticada no dia XX/XX/XXXX.

Em que pese a sentença condenatória proferida nestes autos, a decisão judicial deve ser reformada, de forma que o acusado seja absolvido dos fatos que lhe foram imputados, vejamos:

As provas colhidas durante a instrução do processo não são suficientes para demonstrar a veracidade da imputação

formulada na denúncia acerca do crime de lesão corporal, uma vez que o acusado nega ter agredido a vítima, assim como as testemunhas policiais discorreram, em Juízo, que a ofendida não aparentava lesões físicas.

Impende registrar que o laudo de corpo de delito da vítima descreve a lesão de Bossa sanguínea de 3 x 2 cm em região temporal direita (id -), a qual é de fácil visualização mesmo que em circunstância excepcionais, como, baixa luminosidade ou distância. **Ocorre que as testemunhas policiais, ao serem questionadas pela Defesa, responderam que não se recordam de terem visto lesões aparentes na ofendida.** No ponto, destaque-se que a denúncia narra inúmeras formas de agressão física, como, socos, chutes e mordidas, entretanto as testemunhas não se recordam de terem visto os vestígios dessas lesões.

Outrossim, ambos os policiais, FULANO E FULANO, asseveram que o acusado teria lhes dito que, na verdade, ele é que teria sido agredido pela suposta ofendida. Além disso, **os agentes públicos discorreram que o acusado estava todo machucado com marcas de arranhões, lesões superficiais e até mordidas.**

Importante ressaltar que o depoimento dos policiais na esfera policial já tinha sido no sentido de que a vítima não aparentava lesões, mas que o acusado teria lhes afirmado que, na verdade, ele que tinha sido agredido. (id)

Como corolários das lesões, o acusado foi levado à UPA. A Defesa, em sede de audiência id - , requereu a juntada aos autos do prontuário de atendimento do réu. No entanto, em razão do encarceramento provisório do acusado e de modo a evitar o excesso do prazo de prisão, não se mostrou possível aguardar a resposta à diligência.

Em que pese a Acusação indicar que o acusado teria se machucado sozinho, é inegável que tanto o acusado, quanto as testemunhas policiais apresentaram discurso semelhante no que se refere à fala do réu de que a ofendida o machucou. Além disso, os agentes públicos reconheceram que o acusado apresentava lesões oriundas de arranhões, bem como que ele estava todo machucado.

Ressalte-se ainda que, em seu interrogatório, o acusado asseverou que a vítima o agrediu com mordidas e que ele apenas a segurou. No ponto, destaque-se que o réu, durante o interrogatório, inclusive mostrou a lesão que sofreu no braço em virtude de uma das mordidas da ofendida (id -).

Em síntese, a versão apresentada pelo acusado coaduna-se com as declarações das testemunhas.

Dentro dessas premissas, *in casu*, o que se vê é que a prova fica restrita ao depoimento da vítima, que não foi corroborado por nenhum outro elemento de prova, **havendo dúvidas sobre a dinâmica dos fatos delituosos.**

Em situações semelhantes, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entendeu pela absolvição do acusado:

Dessa forma, a absolvição aqui se impõe como medida de justiça.

2.2 SUBSIDIARIAMENTE TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. OCORRÊNCIA DE AGRESSÕES RECÍPROCAS.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. 1. **Nos crimes praticados contra mulher em contexto de violência doméstica, ocorridos normalmente em ambiente privado, às escondidas, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima recebe relevo especial, desde que em consonância com outros elementos de convicção.** 2. Na hipótese em que não há qualquer outra prova corroborando a versão da vítima, que se mostra isolada nos autos, impõe-se, sob o pálio do princípio do in dubio pro reo, a absolvição do réu por não existir prova suficiente para sua condenação, nos termos do Art. 386, VII, do CPP. 3. **Recurso provido para absolver o réu.** (Acórdão 1289249, 0063029820188070016, Relator: CRUZ MACEDO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 1/10/2020, publicado no PJe: 15/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Subsidiariamente, caso se considere que o acusado agrediu a vítima, tal conduta foi realizada com a intenção de defesa, pois foi a ofendida quem deu início às agressões. Além disso, nota-se

com o depoimento das testemunhas policiais que o acusado estava ferido com marcas de arranhões e mordidas.

Apesar disso, a magistrada pontuou na sentença que o acusado já estava todo machucado, porém a Defesa entende que as provas mostram uma dinâmica diferente, vejamos:

A Juíza na sentença entendeu que:

[...] Contudo, tanto a vítima como o acusado confirmaram em juízo que as lesões identificadas no corpo do acusado decorreram de seu estado de embriaguez, **que ele já chegou à casa machucado porque caiu diversas vezes na rua**, sofrendo lesões [...].

Ocorre que é inegável que tanto o acusado, quanto as testemunhas policiais apresentaram discurso semelhante no que se refere à fala do réu de que a ofendida o machucou. Além disso, os agentes públicos reconheceram que o acusado apresentava lesões oriundas de arranhões, bem como que ele estava todo machucado.

Além disso, em seu interrogatório, o acusado asseverou que a vítima o agrediu com mordidas e que ele apenas a segurou. No ponto, destaque-se que o réu, durante o interrogatório, inclusive mostrou a lesão que sofreu no braço em virtude de uma das mordidas da ofendida (id –).

Por conseguinte, há de se admitir a ocorrência de agressões recíprocas. Em tais casos, tratando-se de lesões mútuas, e considerando que foi a própria vítima que deu início às agressões, a jurisprudência do e. TJDF firmou-se no sentido do decreto absolutório, confira-se:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. DISCREPÂNCIAS. AGRESSÕES RECÍPROCAS. DÚVIDAS QUANTO A QUEM DESENCADEOU AS AGRESSÕES. RECURSO PROVIDO. 1. É certo que nos crimes envolvendo violência doméstica, a palavra da ofendida é dotada de especial relevo.

Entretanto, se: a vítima, ao ser ouvida em Juízo, alterou parcialmente o relato apresentado na Delegacia; foi evasiva ao ser questionada sobre o dano no para-brisa do apelante; e confessou apenas ter desferido um tapa no rosto do réu e cotoveladas em sua virilha, em supostas situações de defesa, quando o laudo de exame de corpo de delito dele atestou diversas outras lesões, inclusive nas costas do réu, a palavra da ofendida não está totalmente harmônica nem em plena conformidade com a prova dos autos. 2. Havendo dúvida quanto a quem deu início às agressões e tendo os laudos periciais atestado lesões sofridas pelo acusado e pela vítima, compatíveis com agressões recíprocas e proporcionais, não se pode afirmar, com a segurança que a condenação penal exige, que o réu teria sido autor do delito de lesões corporais contra a vítima, sendo mister a absolvição, consoante o brocado do "in dubio pro reo". 3. Recurso provido.

(TJ-DF 20180610044367 DF 0004331-11.2018.8.07.0006, Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 19/09/2019, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/09/2019 . Pág.: 64/85)

Por todo o exposto, requer seja julgado improcedente o pedido formulado na presente ação penal para ABSOLVER o acusado do crime de lesão corporal, com fulcro no art. 386, incisos VI VII, do Código de Processo Penal.

3.DOSIMETRIA DE PENA.

3.1 CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS: CULPABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME.

Em caso de manutenção da condenação, a Defesa pugna pela reanálise da dosimetria da pena, pois, na primeira fase, a magistrada valorou como desfavoráveis as seguintes circunstâncias judiciais, a saber: culpabilidade e as circunstâncias do crime.

O fundamento utilizado para valorar a culpabilidade como desfavorável foi que o réu teria provocado muitas lesões na vítima. Já para a valoração das circunstâncias do crime, o fundamento foi que o acusado teria praticado a infração penal na presença do filho deles.

Contudo, as fundamentações são inidôneas, vejamos:

Quanto à culpabilidade, o simples fato de a infração penal ter produzido inúmeras lesões na vítima não é capaz de justificar a exasperação da pena, visto que o réu não praticou o crime de modo que a violência excedesse aquela que seja normal à espécie. Isso porque, no próprio tipo penal do delito de lesão corporal, o legislador já positivou espécies normativas que se enquadram a depender da gravidade das lesões, ou seja, mostra-se inadequada e genérica a valoração negativa da culpabilidade do réu por ter supostamente praticado lesões diversas na ofendida.

É preciso lembrar que o tipo penal já descreve a conduta de provocar lesão corporal e, para determinadas situações, por exemplo, lesões graves ou gravíssimas, o legislador já estipulou penas diferentes. Desse modo, tendo em vista que não houve extrapolação da forma como a infração penal foi praticada, bem como pelo uso genérico de elementos processuais para valorar a circunstância judicial da culpabilidade, a Defesa requer a reforma desse entendimento e, conseqüentemente, a valoração positiva dessa circunstância judicial.

Outrossim, quanto à exasperação das circunstâncias do crime fundamentada no fato de que o acusado teria praticado a infração penal na presença do filho das partes, tal argumentação também é inidônea e genérica, uma vez que o simples fato de a infração penal ter sido, supostamente, praticada na presença do filho do casal não é capaz de justificar a exasperação da pena, **visto que o réu não praticou o crime em circunstâncias que excederam aquelas que sejam normais à espécie.**

Destaca-se que os delitos da lei Maria da Penha são rotineiramente cometidos no âmbito doméstico e, por conseguinte, é comum que sejam praticados na presença das pessoas que habitam a residência do casal. Em outras palavras, o acusado não agiu sob circunstâncias diferentes daquelas em que o crime normalmente é praticado, de modo que a conduta não excedeu ao Juízo de censurabilidade imposto pela própria norma incriminadora.

Ademais, as testemunhas apresentaram discurso diferente quanto a presença de crianças no lugar, onde ocorreu o suposto delito.

Desta feita, requer-se a valoração positiva acerca das circunstâncias do crime pelos fundamentos apresentados.

3.2 EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE DESPROPORCIONAL.

Ademais, em caso de se entender que as circunstâncias judiciais (culpabilidade e circunstâncias do crime) devam ser mantidas como desfavoráveis, a dosimetria da pena deve ser revista a fim de que a exasperação da pena base, na primeira fase, seja realizada de forma proporcional.

É que a magistrada, após valorar negativamente duas

circunstâncias judiciais do crime, exasperou A PENA EM 3 (meses), que é mais do que 1/6 da pena mínima do delito.

A doutrina mais abalizada sobre do tema perfilha-se no sentido de que a pena mínima deve ser aumentada em 1/6 para cada circunstância judicial desfavorável. Logo, a magistrada deveria ter aplicado o aumento no patamar máximo de 1/3, isto é, 1/6 para cada circunstância.

No mesmo sentido, tem decidido o e. TJDF:

PENAL. LESÃO CORPORAL CONTRA A EX-MULHER. LEI MARIA DA PENHA. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. LESÃO PROVADA PELO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CORREÇÃO DA DOSIMETRIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1 Réu condenado por infringir o artigo 129, § 9º, do Código Penal, combinado com 5º, incisos I, II e III, da Lei 11.340/06, depois de arremessar duas garrafas de vidro contra a ex-mulher, lesionando-a no punho direito. A materialidade e a autoria foram comprovadas por testemunhos e pelo o boletim médico que atesta a lesão produzida na vítima. **2 O aumento da pena por uma única circunstância judicial desfavorável não deve extrapolar a proporcionalidade da norma penal infringida, sendo razoável aplicar o critério de um sexto sobre o limite mínimo do tipo penal ou de um oitavo sobre a diferença dos limites máximo e mínimo.** 3 Apelação parcialmente provida. (Acórdão n.1095865, 20161510014944APR, Relator: GEORGE LOPES 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 03/05/2018, Publicado no DJE: 15/05/2018. Pág.: 111-122).

Destarte, caso seja mantida a valoração desfavorável das circunstâncias judiciais, requer-se a redução do quantum majorado, observando-se o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por fim, requer a Defesa a aplicação da detração

penal na sentença, tendo em vista que o acusado permaneceu preso neste processo por 92 (noventa e dois) dias (prisão dia XX/XX/XXXX - alvará XX/XX/XXXX). Logo, a depender da reforma realizada na dosimetria da pena poder-se-á aplicar também o instituto da extinção da punibilidade, pois se a pena aplicada for inferior ao período em que o réu esteve preso preventivamente (92 dias) se deve declarar extinta a punibilidade.

4. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o acusado **FULANO DE TAL** vem requerer seja conhecido e provido o presente recurso para que seja julgada improcedente a ação penal, absolvendo-o da imputação constante da denúncia, com fulcro no art. 386, inciso VII, subsidiariamente inciso VI, ambos do artigo 386 do Código de Processo Penal.

Subsidiariamente, a reanálise da dosimetria da pena a fim de que sejam consideradas favoráveis ao acusado todas as circunstâncias judiciais, fixando-se a pena-base no mínimo legal.

Ademais, em caso de manutenção da valoração negativa das circunstâncias judiciais, a sua redução tendo em vista a desproporção da exasperação.

Por fim, que seja aplicada a detração penal de forma que, se o caso, seja declarada extinta a punibilidade, tendo em vista que o acusado ficou preso neste processo por 92 dias.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público do UF